

COMO EDUCAR OS FILHOS NA CASA:

A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NO JORNAL *A MÃI DE FAMÍLIA*

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves^{1*}; PAIVA, Priscila Pedro^{1**}

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro

maria2.celi@gmail.com*

priscilappaiva@bol.com.br**

RESUMO

O estudo trata da educação doméstica na Província do Rio de Janeiro, na segunda metade do oitocentos, com foco nas matérias publicadas no Jornal *A Mãe de Família*. O objetivo central refere-se à análise dos editoriais e artigos que aludem a essa forma de educar crianças e jovens, examinando aspectos discutidos pelo redator-chefe do jornal, o médico Carlos Costa e seus colaboradores. A metodologia utilizada remete a uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, cujas fontes são, essencialmente,

os exemplares do jornal, no período em que circulou de janeiro de 1879 a novembro de 1888. O diálogo teórico realizado enfatiza a imprensa no Brasil no século XIX, notadamente o estudo de periódicos destinados às famílias. Conclui-se que o Jornal *A Mãe de Família* pretendia dar um estatuto de cientificidade ao cotidiano das mães e seus filhos, reconhecendo a importância da educação no ambiente doméstico e, por vezes, tecendo críticas às escolas existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação doméstica. Jornal *A Mãe de Família*. Rio de Janeiro Oitocentista.

HOW TO EDUCATE CHILDREN AT HOME:

DOMESTIC EDUCATION IN *A MÃI DE FAMÍLIA* NEWSPAPER

ABSTRACT

This study correlates to domestic education in the province of Rio de Janeiro in the second half of the 19th century, focusing on the newspaper *A Mãe de Família*. The central objective is the analysis of editorials and articles that alluded to this way of educating children and young people, examining aspects discussed by the editor-in-chief of the newspaper, Doctor Carlos Costa and their collaborators. The methodology applied the use of a qualitative, historical-documentary research, whose sources are essentially copies

of the newspaper, during the period in which it circulated, from January 1879 to November 1888. The theoretical dialogue emphasized the Brazilian press in the 19th century, notably with studies of newspapers related to families. The conclusion is that the newspaper *A Mãe de Família* intended to give a statute of scientificity to the daily life of mothers and their children, recognizing the importance of education in the domestic environment and sometimes criticizing existing schools.

KEYWORDS: Home education. Newspaper *A Mãe de Família*. Rio de Janeiro Nineteenth Century.

CÓMO EDUCAR LOS HIJOS EN LA CASA:

LA EDUCACIÓN DOMÉSTICA EN EL PERIÓDICO *A MÃI DE FAMÍLIA*

RESUMEN

El estudio trata de la educación doméstica en la Provincia de Rio de Janeiro, en la segunda mitad de los ochocientos, con foco en las materias publicadas en el periódico *A Mãe de Família*. El objetivo central se refiere al análisis de los editoriales y los artículos que aluden a esa forma de educar a los niños y a los jóvenes, examinando aspectos discutidos por el redactor jefe del periódico, el médico Carlos Costa y sus colaboradores. La metodología utilizada remite a una investigación cualitativa, histórico-documental, cuyas

fuentes son, esencialmente, los ejemplares del periódico en el período en que circuló, de enero de 1879 a noviembre de 1888. El diálogo teórico realizado enfatiza la prensa en Brasil el siglo XIX, especialmente, el estudio de revistas destinadas a las familias. Se concluye que el periódico *A Mãe de Família* pretendía dar un estatuto de cientificidad al cotidiano de las madres y sus hijos, reconociendo la importancia de la educación en el ambiente doméstico y, a veces, haciendo críticas a las escuelas existentes.

PALABRAS CLAVE: Educación doméstica. Periódico *A Mãe de Família*. Rio de Janeiro Ochocentista.

1 UM PERIÓDICO PARA EDUCAR AS MÃES DE FAMÍLIA NO BRASIL OITOCENTISTA

Em janeiro de 1879 era lançado na Corte Imperial brasileira, na cidade do Rio de Janeiro, um periódico que pretendia ser um “arauto” de modernidade e cientificidade, o *Jornal A Mãe de Família*. Destinado às mães de família, ao mesmo tempo em que não englobava todas as famílias, pois era necessário que as mães soubessem ler para usufruir das informações do periódico, também não era adquirido especificamente pelas destinatárias, mas, muito provavelmente, pelos senhores das casas que, ao assinarem ou comprarem o jornal junto com outros periódicos amplamente divulgados na Corte, permitiam que suas informações chegassem até as mulheres de sua parentela, por vezes, mães, tias, avós e demais agregadas, que faziam parte da extensa rede familiar que costumava habitar as residências abastadas no Rio de Janeiro oitocentista (COARACY, 1955).

Além disso, tratava-se de uma época, último quartel do século XIX, na qual as funções das mães de família estavam sendo discutidas, pois acreditava-se que as mulheres deveriam ser mais bem instruídas, como demonstra Jinzenji (2010), tendo em vista que, no formato da educação doméstica, aspirada pelas camadas altas e intermediárias da população, a mãe era a primeira mestra de seus filhos e filhas e devia ter conhecimentos suficientes para exercer esse papel.

Cabe ressaltar que nas décadas de 1870 e 1880 surgem inúmeras discussões registradas nos periódicos em circulação na Corte, sobre a modalidade de educação mais apropriada às crianças e jovens, se na casa ou na escola, com o debate estendendo-se, particularmente, à adequação de enviar as filhas à escola particular ou de instrução pública (VASCONCELOS, 2005, 2011a, 2011b, 2013).

A educação doméstica conceituada como a educação formal dada a meninos e meninas no ambiente da própria da casa, era realizada por agentes contratados para esse fim, como preceptores que residiam com a família, quando se tratava de fazendas e casas em locais mais distantes, ou professores particulares que davam lições a domicílio, com dia e hora acordados com a família, cuja atuação é anotada nos jornais oitocentistas, com intensa oferta e demanda.

Trazida de Portugal para o Brasil, a educação doméstica aqui se estabeleceu como uma prática bastante recorrente, desde as primeiras décadas do século XIX, como se constata na afirmação de Fernandes (1994, p. 201): “Entre as famílias das classes superiores, a primeira educação era, em regra, doméstica. Reproduzia-se a prática seguida pela família real, cujos

ilustres descendentes recebiam educação completamente isolados dos demais meninos. Tal instrução deveria ocorrer bem cedo”.

No entanto, por ser um serviço individualizado, realizado na casa dos aprendizes, em relação aos conhecimentos ensinados, não se pode afirmar que havia uniformidade de disciplinas específicas ou grupos de matérias, pois a escolha dependia dos desejos dos pais e de suas expectativas em relação aos filhos e filhas. Assim, cada família decidia sobre as matérias consideradas “importantes” para serem ensinadas, bem como cada professor oferecia seus serviços, sinalizando o que podia oferecer, como o descrito no anúncio do *Jornal do Commercio*, do final dos anos de 1880: “PROFESSORA habilitada, lecciona em casas particulares as seguintes matérias: português, aritmética, geografia, francês, piano, desenho, pintura e bordados de toda a espécie; recados na rua da Alfândega n. 89” (07/01/1889, p. 3)².

A par da existência dessa constante oferta e demanda de professores e preceptores para educar nas casas, proliferada nas últimas décadas do século XIX e sendo considerada a “boa” educação a ser dada especialmente às filhas, o *Jornal A Mãe de Família* inaugura uma campanha pela educação mais aprimorada das mulheres para que elas pudessem, como mães, fiscalizar os serviços de educação doméstica ou até mesmo substituir os agentes contratados para esse fim, ministrando elas próprias a educação formal aos filhos e filhas. Contudo, era preciso que estivessem preparadas para esse ofício. É nessa linha de persuasão, entre outras orientações implícitas e explícitas, que o editor do periódico pretende encaminhar suas leitoras.

Assim, o presente estudo tem como foco o exame das matérias, anúncios e conselhos sobre a educação doméstica presentes nas publicações do *Jornal A Mãe de Família*, com especial atenção para os artigos assinados pelo seu editor, o médico e redator-chefe, Carlos Costa. O objetivo central, portanto, refere-se à análise das matérias que abordavam essa forma de educar, examinando-se aspectos debatidos pelo editor e demais colaboradores que escreviam no periódico, sobre como era realizada a educação doméstica, o plano de estudos utilizado e o contexto histórico em que estava inserida. Em um plano mais específico verifica-se a materialidade do jornal, desde sua criação inspirada em um periódico francês, até a descrição dos conteúdos mais frequentemente apresentados às leitoras.

² A ortografia das citações ao longo de todo o artigo foi atualizada, excetuando-se os títulos dos periódicos e obras aludidas.

Os procedimentos metodológicos remetem a uma investigação essencialmente qualitativa e histórico-documental (VASCONCELOS, 2014) baseada na leitura, catalogação e análise das matérias dos exemplares do Jornal *A Mãe de Família*, no período de sua publicação, de janeiro de 1879 a novembro de 1888, em especial os números disponíveis digitalizados, acessados no acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Para as análises, a revisão bibliográfica sobre o assunto alude, especialmente, aos estudos de Vasconcelos (2005; 2011a; 2011b; 2013), Camara (2014), Malta (2011) e Carula (2011). No que concerne à imprensa periódica do oitocentos, a abordagem teórica recorre ao tratamento do tema em De Luca e Guimarães (2017), Duarte (2016) e Costa (2012).

Vale salientar que o Jornal *A Mãe de Família* constituía-se como uma publicação voltada para uma parcela específica da população, com a principal finalidade de oferecer orientações e aconselhamentos às mães, procurando romper com superstições e hábitos considerados inadequados para criação, saúde e educação das crianças e jovens, tornando-se um periódico desejado pelas mulheres oitocentistas, não apenas pelas informações que continha, mas por sua própria materialidade que, com uma diagramação delicada e ilustrações recorrentes que reportavam a cenas da família, mães e filhos, exercia fascínio sobre o público feminino.

Cabe lembrar que a educação feminina considerada apropriada, era aquela dada às mulheres para se tornarem boas esposas, mães de família e gestoras da casa, como expõem diversos manuais oitocentistas que segundo Malta (2011, p. 42), passam a ser publicados no Brasil, para a organização do lar ou da economia doméstica, “[...] pois era preciso preparar as futuras rainhas para ocuparem seu reino”. De acordo com a autora (MALTA, 2011, p. 43-44), desde o período Imperial, os folhetins e os romances já se dedicavam a assuntos sobre o asseio e a ordem do lar, a educação dos filhos, o orçamento familiar e o trato com os empregados, tentando convencer as leitoras “[...] da responsabilidade do papel de mãe e esposa na formação do caráter e da saúde da nação”.

O Jornal *A Mãe de Família* surge também com esse propósito, embora sua publicação guardasse estreita relação com periódicos semelhantes publicados na Europa, particularmente na França, modelo de civilidade aspirada na Corte Imperial oitocentista. Além disso, De Luca (2017, p. 182) adverte que “[...] a denominação de um periódico nada tem de inocente e pode fornecer pistas a respeito de seus objetivos e das razões de sua existência”. No caso do Jornal *A*

Mãe de Família o objetivo era atingir as mulheres pertencentes às elites letradas oitocentistas, ainda que todo conteúdo fosse previamente censurado pelos homens, que avaliavam o tipo de conhecimento que poderia ser permitido às mulheres sob as quais tinham amplo domínio.

2 “DEDICADO ÀS DIGNAS SENHORAS”: MATERIALIDADE E CONTEÚDO NO JORNAL A MÃE DE FAMÍLIA

O Jornal *A Mãe de Família* foi lançado em janeiro de 1879 e publicado até dezembro de 1888. Editado pelo médico e redator-chefe, Carlos Costa, de acordo com Camara (2014), possuía uma natureza educativa, procurando abordar a necessária preocupação com a educação e os cuidados que se deveria ter com a infância, destacando o papel do médico e da imprensa para desenvolvimento e educação do país.

No entanto, a ideia não era original, mas tinha visível e registrada inspiração no Jornal francês *La Jeune Mére ou L'éducation du premier âge: jornal illustré de l'enfance*, criado por André-Théodore Brochard, um sociólogo e médico francês nascido em 16 de dezembro de 1810 em La Rochelle. Entre outras obras publicadas, o Doutor Brochard escreveu sobre o modo de propagação da cólera, a mortalidade infantil, as causas do despovoamento na França e, sobretudo, obras dedicadas a aconselhar às jovens mães a cuidar e educar seus filhos. No periódico *La Jeune Mére* (1873, p. 2), esses assuntos eram tratados com ênfase naquilo que o próprio redator apresentava às leitoras na abertura do primeiro número, publicado na França, em novembro de 1873:

PARA MEUS LEITORES Há muitos jornais destinados a mulheres jovens que, a cada mês, ou todas as semanas, ensinam-nas como elas devem se vestir, como devem bordar artisticamente uma peça de mobiliário da sala de estar ou do quarto. Qualquer um desses jornais ensina-lhes o papel das donas de casa, conta-lhes como organizar um jantar, uma recepção. Outros, e estes não são menos generalizados, não lhes ensinam nada e simplesmente inculca-lhes, sob uma forma leve, as doutrinas tristes e lamentáveis dos romancistas modernos. Entre todos esses jornais, não há um apenas que ensine a jovem mãe como ela deve alimentar seu recém-nascido, e, no entanto, se é útil para uma mulher saber como ela deve se vestir, como ela tem que fazer uma tapeçaria, organizar um jantar, ainda é mais útil saber como ela deve criar seus filhos para manter a saúde e, muitas vezes, até preservar a sua existência³.

No Jornal *La Jeune Mére*, informava-se ainda que a publicação ocorria no dia primeiro de cada mês e, ao final, formava um volume encadernado com as edições do ano. Os assinantes

³ Tradução livre do original em francês.

podiam comprar os exemplares ou fazer uma assinatura anual no valor de seis francos. As assinaturas, bem como as cartas ou qualquer correspondência endereçada ao jornal deveria ser enviada ao seu livreiro-editor, M. Josserand, no escritório localizado na *Place Belle Cour*, n. 3, na cidade de Lyon, como demonstra a Figura 1, a seguir:

Figura 1 – *La Jeune Mère ou L'éducation du premier âge: journal illustré de l'enfance*, 1873, ano 1, n. 1, p. 1



Fonte: Acervo digital da Bibliothèque Nationale de France.

O Jornal *A Mãe de Família* só vai ser lançado no Brasil em 1879, quando, se supõe, já havia vasto material de consulta contido nos volumes anuais de *La Jeune Mère* para orientar e complementar as matérias publicadas no *Jornal da Corte*. O periódico brasileiro era quinzenal, composto por oito páginas em média e tinha, como seu modelo francês, paginação ininterrupta de janeiro a dezembro de cada ano. O valor da assinatura variava conforme o exemplar fosse ou não acompanhado de um “Figurino”, sendo que o preço anual sem o complemento do Figurino era de 6\$000 para a Corte e 7\$000 para as demais províncias, notadamente, São Paulo e Minas Gerais. Quando se optava por também adquirir o Figurino o preço era de 9\$000 para a Corte e 10\$000 para as demais províncias. O Figurino compunha-se de uma página na qual eram descritas, em detalhes, a indumentária de crianças, apresentada por sexo e idade, como no exemplo a seguir:

Menina de 6 a 7 anos. Vestido e murça de pano leve, azul escuro. A saia é de pregas e o corpinho comprido, liso pela frente, tem nas costas três pregas fundas. A murça é

arregaçada atrás por um laço de veludo preto. Colarinho, bolsos e canhões de veludo preto. Chapéu de feltro enfeitado de veludo côr de castanha e de duas fivelas de metal. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1882, n. 21, p. 168).

O jornal era editado pela tipografia e litografia Lombaerts & Cia, de propriedade do belga Jean Baptiste Lombaerts e, após sua morte em 1875, de seu filho, Henri Gustave Lombaerts, funcionando na rua dos Ourives, n. 7. De acordo com Carula (2011, p. 2), “[...] consoante às palavras de Carlos Costa, *A Mãe de Família* não se restringiu aos ‘centros civilizados’, leia-se aqui a Corte, mas atingiu também os ‘remotos lugares’ do país”.

Do primeiro número, datado de janeiro de 1879 (Figura 2), constava o subtítulo “*Jornal Científico, Litterario e Illustrado – Educação da Infancia, Higiene da Família*”.

Figura 2 – *A Mãe de Família*, 1879, ano 1, n. 1, p. 1



Fonte: Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Segundo o redator, o médico Carlos Costa, “a nova publicação que oferecemos às mães de família brasileiras”, é impressa em bom papel e ilustrada com numerosas gravuras. Essas se tratavam de desenhos que abriam as seções, normalmente, imagens de crianças em cenas cotidianas e familiares, mas também contendo figuras que retratavam brincadeiras e travessuras. O periódico, na mesma linha do modelo francês no qual se inspirava, era iniciado, no primeiro número, com uma explicação sobre o seu aparecimento:

É de muita e muita urgência que seriamente se pense em animar-se o desenvolvimento físico das crianças, isto é, do futuro cidadão. Aqueles a quem incumbe o elevado encargo de cuidar da saúde pública, ao médico, cabe a sublime missão de aconselhar, por todas as formas possíveis, os meios de tornar regular o funcionamento do órgão ao qual foi confiada a direção dos atos físicos. Este órgão, o cérebro, parte importante do organismo humano, também participa dos sofrimentos gerais: deve-se, portanto, tudo fazer-se para que sejam prevenidos tantos males que o cercam e o ameaçam. O higienista é, d'esta maneira, tão necessário como o pedagogo para o desenvolvimento da instrução pública, e todo o seu esforço deverá ser empregado em difundir os sãos princípios de higiene. Para esse fim, que mais vasto campo poderíamos encontrar do que a Imprensa, esse ubérrimo manancial da educação popular, cujos frutos são, sem dúvida, a verdadeira civilização das nações, constituída pela *regeneração* do organismo humano? É partindo dessa ideia que aparece hoje o jornal: *A Mãe⁴ de Família* dedicado às dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser *mães de família* bem devem compreender o sublime encargo que lhes é confiado. (A MÃI DE FAMÍLIA, 01/01/1879, p. 2).

Em um número posterior, o redator Carlos Costa reafirma que sua publicação visa instruir as mães de família, ensinar-lhes a nutrir e criar os filhos, e informa a inspiração baseada no jornal *La Jeune Mère*: “a nova publicação que oferecemos às mães de família brasileiras tem fim idêntico ao do jornal do Dr. Brochard que tanta aceitação tem tido em França”. Além disso, a epígrafe da capa levava a assinatura do Dr. Brochard, como se verifica na Figura 3, a seguir:

Figura 3 – *A Mãe de Família*, maio de 1879, ano 1, n. 9, p. 1



Fonte: Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

⁴ Conforme o original o nome está gravado de forma diferente do título do Jornal.

“Redigido por ilustres penas”, além do Doutor Carlos Costa que assinava algumas matérias como “redator principal” ou “redator em chefe”, o Jornal tinha a colaboração de Felix Ferreira, Alberto Durand, J. Dantas Junior, Cristóvão Ayres, Domingos J. B. de Almeida, J. Bouilly, assim como dos que também se intitulavam doutores, João Pizarro Gabizo, Pires de Almeida, Alfredo Piragibe, Brito e Silva, Pires Farinha, Silva Araújo, K. Vinelli, entre outros. Há poucas matérias assinadas por mulheres, a maioria compilações estrangeiras como as de Maria Amalia Vaz de Carvalho. No entanto, é possível observar várias seções que são assinadas apenas com as iniciais do nome, como A. D. ou M. S. que podem sugerir o anonimato de mulheres que atuavam como articulistas no jornal. Contudo, essa constatação da participação feminina na elaboração do periódico somente pode ser verificada com exatidão em algumas matérias cuja autoria está descrita como “Uma mãe”.

O jornal era, de forma explícita, destinado às mulheres, mães e futuras mães de família, pretendendo ensinar a educar seus filhos física e intelectualmente para formar “os adultos de uma nova sociedade”. Todavia, observando-se a Figura 3, percebe-se que o periódico não era destinado a todas as mulheres, mas às mulheres de uma determinada classe social, representada no desenho da capa, pela vestimenta, pelo penteado, pelo berço e seu cortinado, pelas mantas do bebê, pelo espelho na parede e, mesmo, pelo tapete desenhado no chão da imagem. Todos os aspectos da ilustração remetem às mulheres das camadas mais abastadas da população, bem como à vestimenta e à decoração dos ambientes em voga na Corte Imperial brasileira (MALTA, 2011).

O redator Carlos Costa concluía a apresentação do Jornal às leitoras, informando que cada número conteria uma “palestra do médico, artigos sobre educação, receitas, novelas, conselhos sobre higiene, etc.”, todos voltados para a instrução das mães. Além disso, as matérias enfocavam temas como a higiene da primeira idade, “conselhos ditados pela experiência e pela ciência, em relação aos cuidados de que se devem rodear as crianças: habitação, alimentação, vestuário, etc.”.

Os primeiros números já demonstravam o caráter médico higienista da publicação, embora tratassem de assuntos bastante variados como “a creche”, “farmácia doméstica”, “higiene escolar”, “os acidentes nas crianças”, “o amor materno”, “as festas”, “o respeito”, “o despertar da criança”, “belas artes”, “moléstias das senhoras”, “as amas de leite”, “a mãe escrava”, “a febre amarela nas crianças”, “vida conjugal”, entre outros. Havia ainda as seções permanentes como “aos nossos assinantes”, “conselhos às mãis”, “palestra do médico”, “moléstia das crianças”, “variedades”, “a educação da mulher”, etc.

A ilustração mais recorrente na abertura do jornal e nas diferentes seções era o desenho de uma mãe com o seu bebê no colo, concentrada, em frente a uma filha que faz a leitura de um papel, pousando a mão sobre ele. No entanto, inúmeros outros desenhos precediam as matérias, ilustrando o assunto abordado. Um exemplo desse tipo de ilustração pode ser verificado na publicação datada de 1879, em que o articulista Felix Ferreira fala da importância do saber e da inteligência, não mais como um luxo, mas sim como algo fundamental para a boa educação. Dizia ainda que instrução e educação eram coisas distintas que precisavam ser ensinadas juntas nas famílias, tanto das classes superiores quanto das “classes inferiores”, que deveriam instruir e educar os filhos para uma boa conduta diante de terceiros. “Na ordem social é a falta de educação que produz essa grande cópia de vagabundos, de mendigos, de inimigos do trabalho, estranhos a todos os hábitos de moralidade, verdadeiros flagelos da sociedade” (A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 11, p. 84). Para ilustrar o tema tratado, o desenho que precede o artigo traz a figura de um menino puxando a cadeira para derrubar o ancião que nela iria sentar-se. De acordo com as vestimentas dos dois personagens desenhados, pode-se concluir que se tratava de uma família abastada, porém, segundo o artigo, a criança estaria sem a educação necessária, precisando ser instruída e educada, para além de ter fortuna, talento ou inteligência.

O jornal era diagramado com diferentes elementos gráficos que tinham como objetivo chamar atenção das leitoras para a sua aquisição. Assim, as letras iniciais de algumas edições ou seções também eram decoradas ou continham ilustrações de crianças, com desenhos delicados de forte apelo visual.

Havia também diversos anúncios colocados no Jornal, tanto entre as seções como em uma página com essa finalidade. Anunciavam-se consultórios médicos – daqueles que escreviam ou não no periódico –, entre outros anúncios e propagandas que iam desde farmácias até canetas eletrônicas que eram utilizadas para “combater o tremor e os espasmos nervosos frequentes nas mãos dos escrivães” (A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 16, p. 129). Todavia, os anúncios eram adequados ao pensamento médico higienista que predominava nos articulistas do Jornal. Como exemplo, chama atenção o anúncio de farinha láctea e de leite condensado que, segundo o anunciante, “inutilizariam” as “amas de leite” tão criticadas pelos médicos. Cabe ressaltar que tal método de aleitamento artificial era uma alusão de extrema modernidade para a época, lançando a venda de latas de leite:

AMA DE LEITE! A Farinha láctea e o leite condensado da Nestlé, premiados na exposição de Paris, inutilizam hoje em dia todas as amas de leite alugadas. Um folheto sobre a nutrição das crianças de peito acompanha cada lata deste excelente alimento. Vende-se em casa de Filippone, à rua do Ouvidor, n. 93. N. B. – Todas as minhas latas expedidas para o Brasil tem o rótulo em português. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n. 11, p. 89).

O jornal tecia severas críticas a utilização das amas de leite que, para os médicos da época, eram consideradas “impuras”, “doentes”, “mal-educadas”, “mercenárias”, e poderiam passar doenças ou mesmo “má conduta” às crianças que alimentassem, através de seu leite “impuro”.

As nossas leitoras devem recordar-se que nas colunas d’este jornal temos constantemente chamado a atenção do povo e das autoridades sobre a importante questão das amas de leite. Temos referido em toda a sua nudez a triste história dos casos fatais, devido à má amamentação, confiada a mercenárias, verdadeiras criminosas, que alugam seu leite impuro, impróprio por todas as razões à nutrição dos pequenos entes. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1881, n. 9, p. 67).

Na edição de novembro de 1882, o jornal publicava a Lei votada em França, “Lei de Proteção à Infância”, que regia os cuidados e obrigações das famílias para com a infância de seus filhos naquele país. Enaltecendo o exemplo francês, destacava-se o artigo referente às amas de leite, que estabelecia uma espécie de regulamentação para o exercício deste trabalho, com regras e exigências para tal ofício. Quem praticasse o ofício sem a licença ou descumprisse as normas para o mesmo, receberia uma multa de 16 a 100 francos, e, em caso de reincidência, seria condenada à prisão. Além disso:

Art. 11. Ninguém poderá ter agência de amas de leite ou encarregar-se de meninos sem ter para isso obtido licença especial do chefe de polícia do lugar. Todo aquele que sem ter obtido essa licença exercer essas profissões ou deixar de atender às condições da licença ou prescrições do regulamento, será punido com multa de 16 a 100 francos. Em caso de reincidência pode ser condenada à prisão na forma do art. 480 do código penal. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1882, n. 21, p. 167).

O jornal buscava publicar matérias cujo conteúdo cobrisse desde o nascimento dos bebês, até a idade adulta dos filhos. “Tratemos agora do vestuário de nho-nhô”. Com essa frase, o Jornal *A Mãe de Família*, em editorial assinado pelo médico Carlos Costa, intitulado “Conselhos às mãis”, em 1880, ensinava as mães como deveriam tratar, cuidar e vestir suas crianças desde recém-nascidas. O artigo é iniciado mostrando o que acontecia logo depois do nascimento da criança: “A parteira toma a criança, volta-a para a direita e para a esquerda, lava-a, empoalha o corpo todo e veste-a, [...]. Dá-lhe uma doze de óleo de amêndoas doces ou de xarope de

chicorea, adormece-a e passa-a para os braços da mãe com um sorriso de satisfação” (A MÃI DE FAMILIA, 1880, n. 7, p. 53).

A partir daí, cabia à mãe exercer o seu “ofício” e, para isso, ela deveria estar bem informada sobre os cuidados com a criança, pois o “bem estar e o bom humor da criança dependem essencialmente da maneira porque a vestirem” (A MÃI DE FAMILIA, 1880, n. 7, p. 53). Além da vestimenta, o banho era uma prática que deveria ser aprendida, desmistificando as superstições tão presentes nesse ato:

Para lavar a criança, segure-a com a mão esquerda, com firmeza, mas delicadamente, e com a mão direita esfrega-lhe devagar o corpo: nos primeiros meses este processo é preferível á esponja e á flanela. Não é preciso muito sabão para lavar nho-nhô. Um pedaço de sabão branco espumoso, sem cheiro bastará para lavar-lhe a cabeça, o pescoço e as partes baixas do corpo. Quando não for possível banhá-lo em boas condições, é melhor não banhá-lo. (...) Enxuto e seco o corpo, passa a ser empoado, quer com pó de arroz de muito boa qualidade, quer simplesmente com polvilho muito fino, o que ainda é melhor. (A MÃI DE FAMILIA, 1880, n. 7, p. 53).

Não estava fora das preocupações do Doutor Carlos Costa, nem mesmo orientar as mães quanto aos brinquedos que começavam a ser vendidos na Corte. No Jornal *A Mãe de Família*, no ano de 1880, ao detalhar os exercícios físicos essenciais à saúde das crianças, o editor descreve alguns brinquedos, como o velocípede, mostrando a sua correta utilização para a conservação da saúde, bem como seus inconvenientes.

Segundo o redator, os velocípedes constituíam um meio de divertimento muito generalizado à época e não havia criança, pertencente à família mais “mediocre” em seus recursos, que não o possuísse. Eram obtidos por um “preço módico” e tornavam-se muito úteis como meio de desembaraçar os movimentos das crianças “e como que prepará-las para a equitação”. Ressaltava o articulista que, para as meninas, havia assentos apropriados e cômodos. Porém, também alertava que fossem utilizados os de três rodas, pois os com apenas duas rodas eram perigosos e fáceis de virar “e só podem ser usados por adultos” (A MÃI DE FAMILIA, 1880, n. 11, p. 82). A forma como o médico detalha os cuidados com os brinquedos, além de demonstrar a popularidade desse tipo de diversão naquele contexto, revela a sua percepção sobre a necessidade de informações às mães de família.

Na visão do Doutor Carlos Costa, “as mulheres em nosso país não cumprem tanto quanto deviam os sagrados deveres de mães” (A MÃI DE FAMILIA, 1879, n. 1, p. 2). Tal

circunstância, segundo o médico, ocorria por vaidade, por pobreza, e, na maioria das vezes, por ignorância, o que fazia com que as mulheres não desempenhassem como era esperado a sua “missão sublime”: a maternidade.

Entre os aspectos aferidos como constantes da “missão sublime” da maternidade, estava a educação doméstica, ou seja, a fiscalização, supervisão e complementação da educação formal dos filhos, mas, sobretudo, das filhas, que deveria ser realizada, preferencialmente, na casa.

3 “A ESCOLA OU A CASA”: A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NO JORNAL A MÃI DE FAMÍLIA

No contexto em que o *Jornal A Mãe de Família* é criado no Brasil, a educação doméstica é majoritária entre as camadas mais abastadas da população, concebida como “o conjunto das práticas educativas realizadas no âmbito do espaço doméstico ou da casa, que antecedem e se desenvolvem paralelamente à construção, aceitação e afirmação da escola” (VASCONCELOS, 2005, p. 10). Dessa forma, apresenta-se como uma temática recorrente, seja nas orientações para a instrução formal dos filhos e filhas, bem como nos cuidados e tarefas educativas que deveriam ser realizadas pelas próprias mães no ambiente familiar.

“A Escola ou a Casa” é o título da matéria não assinada, datada de 1881, na qual o articulista descreve como sendo um momento “doloroso” para mãe, aquele em que o pai decide colocar o filho na escola. A partir da decisão do pai, é narrado um diálogo, no qual a mãe vê a escola como um lugar onde “seu filho vai viver em contato com crianças grosseiras”, que poderão prejudicar o seu caráter; enquanto o pai defende que a escola “desenvolve o corpo por uma ginástica natural que lhe faltará, se viver no aconchego da família”. O diálogo é finalizado com o narrador afirmando: “embora o menino não aprendesse nada na escola, receberia pelo menos fortes lições de sociabilidade, da qual nenhum homem pode prescindir” (A MÃI DE FAMÍLIA, 1881, n. 11, p. 84-85). Note-se que está sendo tratada a educação dos filhos, como é ressaltado durante toda a narrativa. Para as mulheres, o pensamento do redator, bem como de diversos articulistas, já não era de defesa da entrada na escola, mas sim da permanência das filhas junto às mães, obtendo instrução formal por meio da educação doméstica.

No *Jornal A Mãe de Família*, no ano de 1881, o redator Carlos Costa explicava como deveria ser a educação das filhas, realizada nas próprias casas, sob a direção das mães:

Assim nos pareceu útil e prudente confiar o rapaz à educação pública, assim como de toda a conveniência reter a moça no interior e deixá-la crescer ante os olhos maternos. Na vida dos homens a instrução representa um grande papel e é uma boa parte da educação; pode-se, portanto, sacrificar-se lhe tudo, ora não há instrução satisfatória senão nas Escolas Públicas. Porém para as moças a instrução é muito menos importante e quando ela o fosse mais, não poderia compensar o perigo da educação em comum. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1881, n. 7, p. 51).

Em que pese não haver delimitação quanto aos conteúdos que deveriam estar presentes na educação da mulher realizada na casa, pelo menos um ponto era decisivo para o Doutor Carlos Costa: as mães precisavam estar mais bem preparadas para poder proceder à educação dos filhos, principalmente das filhas, sem precisar submetê-las a mestres ou até à própria escola, que não era entendida como o melhor espaço para a educação, particularmente de meninas e, especialmente, nos primeiros anos da criança. A frase constante do Jornal *A Mãe de Família* exemplifica esse pensamento recorrente no oitocentos: “Não consenti que vosso filho e *principalmente* vossa filha se eduque fora de vossas vistas” (A MÃI DE FAMÍLIA, 1881, n. 12, p. 92).

Assim, entendia-se que a mãe era a melhor educadora que os filhos e as filhas poderiam ter e que cabia a ela o papel de mestra de suas crianças na primeira infância, considerando-se que nenhuma outra pessoa, por mais habilitada que estivesse, poderia substituí-la nessa função. Em dezembro de 1879, o redator Doutor Carlos Costa afirmava:

A mãe deverá ser sempre a primeira mestra, são os seus preceitos, os primeiros recebidos, que perdurarão sempre. Se eles são maus dificilmente desaparecem as suas consequências. Se são bons, pelo contrário, os benéficos frutos colhidos são de inestimável valor. É mister, portanto, que a mulher seja educada convenientemente quando menina, para que possa quando mãe, ser a primeira mestra de seus filhos. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n. 24, p. 187).

Continuando o mesmo artigo, o redator apontava, ainda, algumas questões, elucidativas do pensamento da época sobre a educação doméstica a cargo das mães e a educação dada nos colégios:

Estarão na maior parte as mães brasileiras nas condições de serem as mestras de seus filhos? Poderão elas substituir os colégios? Não, e infelizmente temos exuberantes provas disso. Mas de quem é a culpa? De nós mesmos. De nossos educadores, legisladores, etc. No nosso país não é compreendida ainda a educação intelectual da mulher. Como já dissemos, somente se pensa nos meninos. As meninas são em geral mal guiadas em sua educação. Com a deficiência d’esses meios não poderão ser as mulheres completamente mães. (A MÃI DE FAMÍLIA, 1879, n. 24, p. 187).

Dessa forma, supõe-se que, na mentalidade da época, os professores particulares, os preceptores e os demais mestres que atuavam na educação doméstica, bem como os próprios colégios, eram considerados, muitas vezes, como uma alternativa à falta de educação das mães para educarem seus próprios filhos e filhas.

Mas qual seria a educação considerada ideal pelo Doutor Carlos Costa, particularmente para as meninas? Uma pista pode ser encontrada na carta da imperatriz Maria Thereza da Áustria, endereçada à preceptora de sua neta de seis anos, como exemplo de instruções para a educação das crianças, publicada com destaque, em 1880, pelo Jornal *A Mãe de Família*:

A Imperatriz Maria Thereza da Áustria estava tão convencida de que era necessário aplicar com rigor a educação doméstica, que escreveu uma carta com instruções, endereçada à preceptora de sua neta, de 6 anos: Minha boa d'Herzelles. A respeito das instruções que me pede para a minha querida neta, só tenho a dizer-lhe: Que ao despertar deve ela começar por uma íntima oração a Deus; Que em seguida se levante; Que se prepare, vista-se e almoce; tudo isto até 9 horas; Que consagre meia hora ao recreio, para depois a camareira explicar-lhe o *catecismo* alemão e ler-lhe um capítulo de Royaumont. Meia hora de descanso, e em seguida lição de outra meia hora, de seu mestre de escrita. Poderá de novo brincar até as onze horas. A meia hora seguinte consagrará ao cônego Gurter. Das onze e meia ao meio dia, será permitido à arquiduquesa a mais completa liberdade. Empregará no jantar meia hora, podendo depois recrear-se até 2 horas. Três quartos de hora para a lição de francês, se para tanto estiver disposta, seguindo-se recreio até às 4. Das 4 às 5, jogos de cartas, livros ou figuras próprias para fazê-la aprender frases e vocábulos franceses. Às 5 horas dança enquanto não a aborrecer; depois algumas orações, para se ir habituando a invocar o Senhor. Até 7 horas recreio, ceia. As 8 vestuário de dormir, oração íntima e cama. Quando o tempo permitir, as cousas se farão de modo que a arquiduquesa possa dar um passeio de carro no inverno e a pé no verão. Tais são as direções que julgo essenciais, minha querida d'Herzelles, para o melhor desempenho de sua missão. Bem sabe o interesse que ligo a tal assunto; espero, pois, que ponha o maior cuidado em auxiliar frutuosamente a exata observação de minhas vistas. *Maria Thereza*. 24 de Outubro de 1767. (*A MÃE DE FAMÍLIA*, 1880, n. 3, p. 18-19).

Além dos conselhos da imperatriz Maria Thereza da Áustria para a educação realizada na casa, o Jornal *A Mãe de Família* publicava, em 1882, um “Quadro Synoptico” no qual procurava demonstrar como deveria ser a educação de meninos e meninas de 1 até 21 anos de idade. Dirigindo-se às mães de família, o autor do quadro sinótico informava saber que nenhuma mãe poderia levar a educação de seus filhos até a idade proposta, mas julgava útil, assim mesmo, que as mães tomassem conhecimento dele, para que procedessem à educação de seus filhos, “segundo o plano seguido pelas mais altas famílias da Europa” e que abrangia o homem como um todo, “físico, moral e intelectual”. A seguir, o Doutor Carlos Costa, ressaltava que “este plano dispensa completamente os colégios e deve ser executado debaixo das vistas e direção dos pais”.

O quadro sinótico tratava-se de um plano para a educação doméstica, a ser realizada nas casas e sob sua exclusiva responsabilidade, demonstrando como se configuravam ensinamentos, formação, exercícios e a distribuição do tempo no cotidiano doméstico, com especificidades para meninos e meninas, como mostra a Figura 4, da primeira página do quadro, que, na sequência, possuía orientações até os 21 anos:

Figura 4 – *A Mãe de Família*, 1882, n. 20-24, p. 123-191, 1883, n. 1, 3, p. 7-23

QUADRO SYNOPTICO				
DE				
EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO COMPLETAS ACOMPANHANDO O HOMEM DESDE A INFANCIA ATÉ O EXERCÍCIO DE UMA PROFISSÃO DEFINITIVA				
<p>Apezar de nos dirigirmos especialmente às mães de família e sabermos que a educação de seus filhos ou de suas filhas não é e não pode ser, em todos os casos, levada até a idade de vinte e cinco annos, julgamos util reproduzir aqui o quadro geral de educação, organizado segundo o plano seguido pelas mais altas famílias da Europa, e que abrange o homem todo, physico, moral e intellectual.</p>		<p>Quem pode mais, pode menos. Melhor é para as nossas leitoras ter de supprimir alguma cousa, do que se ver na contingencia de accrescentar. Não ha no conjuucto do que segue, traço algum que não possa ser aproveitado quer por um, quer por outro. Este plano dispensa completamente os collegios e deve ser executado debaixo das vistas e direcção dos pais.</p>		
Anos de idade	Objectos e materias da educação e instrução			Emprego do tempo para cada dia.
	Physica	Moral	Intellectual	
1 ^o	A criança passa o seu primeiro anno ao seio de sua mãe; rarrissimo e excepcional deve ser o emprego de ama de leite.		Educação progressiva dos sentidos, principalmente da vista, tacto e ouvido.	15 horas de somno no berço. 6 horas de alleitamento. 3 horas no ar livre, sobre uma esteira, tapete, etc.
2 ^o	ANDAR: primeiros ensaios de locomoção livre. Banhos frios, roupa folgada.	Primeiro desenvolvimento moral. Fallar com doçura, não espantar, não deixar contrahir o habito dos gritos, choros, etc.	Desenvolver os sentidos, os orgãos, as faculdades. Ensinar à criança bom numero de palavras correctas, mostrar-lhe muitos objectos pronunciando bem o nome.	14 horas de somno. 3 horas para refeições em horas variadas e regulares. 7 horas no ar livre.
3 ^o	Continuar os banhos frios; andar. Alimentação simples e a horas marcadas. Não dar vinho, nem chá ou café, (até a idade de 12 annos).	Acoostumar a criança a não ter tudo o que deseja. Obediencia, polidez.	Fallar com a criança em duas linguas: a materna e a franceza. Augmentar o numero de objectos, conhecidos, o que augmenta o numero das idéas e das palavras. Cuidar da boa pronuncia.	13 horas de somno. 3 horas para refeições. 8 horas a brincar, parte em casa, parte no ar livre.

Fonte: Acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Sugerindo regras que provavelmente não eram seguidas integralmente, como o próprio autor sinaliza: “melhor é para as nossas leitoras ter que suprimir alguma cousa do que se ver na contingência de acrescentar”, o quadro sinótico expunha aquilo que seria considerado o ideal de

educação para meninos e meninas, realizada na casa, sob a responsabilidade da família, que poderia dispor de mestres, quando assim julgasse necessário para os conhecimentos específicos. Além disso, demonstrava a importância atribuída aos exercícios físicos e à preparação diferenciada de meninos e meninas para os lugares aos quais estavam socialmente destinados.

Ainda que visivelmente copiado de um jornal europeu não mencionado, o quadro sinótico apresentado encontrava no Brasil possibilidades de leitura e entendimento, assim como viabilidade de execução, considerando-se a sua publicação em partes, distribuídas entre diversos números do Jornal *A Mãe de Família*, o que supõe ter sido uma matéria bastante popular, usada como uma forma de manter os leitores aguardando a continuidade da publicação.

Certo é que as detalhadas orientações do quadro sinótico foram lidas e, talvez, incorporadas ao cotidiano de alguma casa nas províncias em que transitou, competindo com a negação completa de suas determinações, que ocorria nas fazendas e solares urbanos, nos quais as crianças das camadas mais altas da população, junto com seus escravos e escravas, cuidadores, amas de leite e outros fâmulos, quando se livravam da imobilidade dos cueiros, desfrutavam das histórias de assombração, dos banhos de rios e açudes, do contato constante com animais domésticos e das brincadeiras que se tornavam verdadeiras aventuras, como descreve Gilberto Freyre em seu *Casa-grande & Senzala* (1997), contrariando a maior parte das recomendações do Doutor Carlos Costa.

Carlos Costa (2012, p. 315), não mais o médico e editor oitocentista, mas o autor do livro *A Revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*, localiza o “auge da imprensa semanal ilustrada” nos anos de 1876 e 1878, ou seja, foi provavelmente imbuído da popularidade desses periódicos que o Doutor Carlos Costa, homônimo, tenha decidido editar o Jornal *A Mãe de Família*.

Embora o autor contemporâneo de nossos estudos não tenha focado o Jornal *A Mãe de Família*, ao tratar de outras publicações congêneres da mesma época, traça um perfil de suas principais características. Entre elas, o título que já informava que se destinava às mulheres, a pretensão de “[...] facilitar às mães de família uma leitura amena que as iniciasse nos deveres de esposa e mãe” (COSTA, 2012, p. 390-391) e a função de “termômetro para aferir os costumes de uma época”.

Após publicações regulares durante o largo período de 1879 a 1888, Duarte (2016, p. 229), em obra sobre *Imprensa feminina e feminista no Brasil*, sinaliza que no editorial do último número conhecido do Jornal *A Mãe de Família*, em 31 de dezembro de 1888, o redator e editor-chefe Carlos Costa “[...] faz um balanço do trabalho realizado e de certa forma anuncia o término da publicação”, fazendo “profundos agradecimentos” às distintas senhoras “que não nos têm abandonado”, ao leitor do tempo presente parece que o Doutor adivinhava o fim próximo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com De Luca e Guimarães (2017, p. 10), a segunda metade do século XIX marca o momento em que “[...] movimentos populacionais tomaram dimensões até então inéditas”, em especial cruzando o Atlântico, e junto com eles vieram novas ideias, não apenas trazidas em exemplares de publicações originais, mas copiadas e adaptadas à realidade brasileira, ainda que limitadas a um público específico, leitor e atento às novidades do “velho mundo”, embora com pouca disposição de adaptá-las ao seu entorno.

O Jornal *A Mãe de Família* é um exemplo dessas publicações que, assim como o seu modelo francês *Le Jeune Mére*, pretendia dar um estatuto de cientificidade ao cotidiano das mães e seus filhos, reconhecendo a importância da educação no ambiente doméstico e, por vezes, tecendo críticas às escolas existentes.

Dirigindo-se às mães de família, o redator informava saber que nenhuma mãe poderia levar a educação de seus filhos por todo o período de formação, mas julgava útil, assim mesmo, que as mães tomassem conhecimento de um plano de estudos para que procedessem à educação de seus filhos sob sua exclusiva responsabilidade. Para tanto, o médico demonstrava por meio de um quadro sinótico copiado de jornal europeu, como deveriam ser os ensinamentos, exercícios e a distribuição do tempo nas casas em que cresciam meninos e meninas.

No entanto, as descrições apresentadas no quadro demonstram o quão distante estavam as crianças brasileiras oitocentistas das propagadas fórmulas europeias, que começavam pela determinação de que “raríssimo e excepcional deve ser o emprego de ama de leite”, em um contexto em que as escravas exerciam constantemente esse papel, como uma distinção entre as demais (FREYRE, 1997).

Embora alterando pouco o cotidiano das casas, após dez anos de publicação do Jornal *A Mãe de Família*, os articulistas delineavam um conceito de criança, que se afastava do “pequeno adulto”, responsabilizado por suas atitudes e ações, revelando-se uma concepção de infância voltada para a consideração de suas capacidades e possibilidades, que atribuía aos mestres e, posteriormente, à escola, um papel relevante de influência e responsabilidade sobre sua formação. Nesse contexto, a educação passava a ser considerada como um aspecto fundamental, cuja influência, sugeriam os autores do Jornal *A Mãe de Família*, permitia até alterar as tendências hereditárias.

Quanto à educação doméstica, era considerada a forma mais adequada de se educar, especialmente, as filhas, as quais deveriam se espelhar nas mães para cumprir com o projeto de família e nação aspirado pelo governo Imperial.

5 REFERÊNCIAS

CAMARA, S. O Jornal “A Mãe de Família” como estratégia de intervenção: higiene e educação da infância nos finais do século XIX. In: MIGNOT, A. C. V.; SILVA, A. L.; SILVA, M. G. (Org.). *Outros tempos, outras escolas*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014. p. 55-80.

CARULA, K. Carlos Costa e *A Mãe de Família*. In: ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.

COARACY, V. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

COSTA, C. *A Revista no Brasil do século XIX: a história da formação das publicações, do leitor e da identidade do brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2012.

DE LUCA, T. R.; GUIMARÃES, V. (Org.). *Imprensa em língua estrangeira publicada no Brasil: primeiras incursões*. São Paulo: Rafael Copetti, 2017.

DUARTE, C. L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FERNANDES, R. *Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e ensino das primeiras letras*. Porto: Porto, 1994.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JINZENJI, M. Y. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

JORNAL A MÃI DE FAMILIA. Jornal Científico, Litterario e Illustrado – Educação da Infancia, Higiene da Familia. Rio de Janeiro, Typographia Lombaerts & Cia. Exemplares de janeiro de 1879 a dezembro de 1888. Rio de Janeiro: Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

JORNAL LA JEUNE MÈRE ou L'éducation du premier âge: jornal illustré de l'enfance. França: Lyon, P. N. Josserand Libraire-Éditeur. Exemplares de novembro de 1873. Acervo Digital da Bibliothèque Nationale de France.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Typographia Imperial. Exemplar de 7 de janeiro de 1889.

MALTA, M. *O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

VASCONCELOS, M. C. C. *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Griphus, 2005.

VASCONCELOS, M. C. C. A educação feminina no Brasil oitocentista: a mãe e mestra. *Gênero*, Niterói, v. 9, p. 78-96, 2011a.

VASCONCELOS, M. C. C. Domestic education in Nineteenth Century Brazil: Aspects of European influence on the performance of tutors and private teachers. *Revista HSE*, Barcelona, v. 2, p. 1-22, 2013.

VASCONCELOS, M. C. C. Mulheres preceptoras no Brasil oitocentista: gênero, sistema social e educação feminina In: FRANCO, S. P.; PALHARES SÁ, N. (Org.). *Gênero, etnia e movimentos sociais na história da educação*. Vitória: UFES, 2011b. p. 1-25.

VASCONCELOS, M. C. C. Pesquisa em História da Educação: acervos, arquivos e a utilização de fontes. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, Anápolis, v. 3, p. 33-47, 2014.

Recebido em 10 de novembro de 2017.

Aceito em 17 de maio de 2018.